

pp. 162-165 In: H.A. de Moura (ed.) A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades. Ed. Massangana, Recife. 274 pp.

Tentarei complementar um pouco essa exposição sobre o papel das ciências sociais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Começarei dizendo que desenvolvimento sustentável é algo que hoje praticamente todo o mundo apóia! Mas também é algo que acaba sendo tão vago que pode ser interpretado de qualquer forma: bom é que haja desenvolvimento sustentável! Então, eu me proponho inicialmente pensar um pouco sobre o que é desenvolvimento sustentável. Para mim, a explicação comporta uma decomposição do que seja desenvolvimento e do que seja sustentável. Com relação ao desenvolvimento existem, de fato, várias visões. Contudo, penso que o desenvolvimento deve ser um processo que possibilite o sustento das populações que vivem na própria área onde ele ocorre. Assim, não se inclui no meu conceito de desenvolvimento um tipo de atividade que esteja voltada principalmente para sustentar outras partes do mundo, sem que traga benefícios significativos para as populações locais. É o caso do complexo de alumínio, nos Estados do Pará e do Maranhão, que absorve mais de dois terços da energia gerada por Tucuruí e cria apenas 1.200 empregos permanentes. É algo que pode ser ótimo para o Japão, mas que tem um papel pouquíssimamente importante em termos de sustento da população aqui de nossa região. A meu ver, cabe às ciências sociais o importante papel de procurar identificar e tratar desse tipo de questão.

No que concerne à expressão sustentável, há vários tipos de conceitos a considerar. Muita coisa acaba não sendo sustentável, seja por problemas técnicos, seja por terem pouquíssimas probabilidades de sê-lo. Por exemplo, deve-se considerar assim a proposta ventilada freqüentemente pelo Governador anterior do Amazonas no sentido de fazer o desenvolvimento sustentável do Estado com base em um manejo florestal em que se deixassem tocos de 60 cm de altura das árvores utilizadas, à espera de que viessem a rebrotar e formar novas florestas. Era algo proposto sem que houvesse nenhum conhecimento ou tradição de manejo florestal na região. Foi um tipo de proposta lançada como sendo de desenvolvimento sustentável e que, por razões técnicas, havia pouca esperança de que desse certo! É claro que também podem predominar razões sociais na consideração do que seja sustentável. É o caso da exploração da indústria de carvão vegetal em Carajás. Para mim, ela não pode ser exemplo de desenvolvimento sustentável mesmo que tecnicamente fosse uma coisa que pudesse persistir ao longo do tempo. A "escravidão" dos carvoeiros representa um sistema que, mais cedo ou mais tarde, tem que acabar por razões de justiça social.

Portanto, parece-me ser até mais fácil dizer o que não é do que dizer o que é sustentável. Minha proposta para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é bastante diferente sob muitos aspectos. Seria ela orientada no sentido de buscar algum tipo de produto que pudesse ser vendido, isto é, algo que pudesse ser retirado ou mesmo plantado na floresta e que fosse a chave para o desenvolvimento sustentável da população. Contudo, para mim, esta é uma orientação que deveria ser considerada numa dimensão de curto prazo, para que se pudesse ganhar tempo enquanto se trabalhavam outras formas, de prazo mais longo, para a manutenção da população da região.

Entendo que, no longo prazo, a chave da questão está em tomar os serviços ambientais da floresta como apoio para a sustentação da sua população. Tais serviços são, basicamente, de três categorias: manutenção da biodiversidade, manutenção do estoque de carbono que evite o efeito estufa e manutenção do ciclo d'água. É possível obter dessas três categorias de serviços muito mais do que atualmente se tira de toda a agricultura da região. De fato, poderia ser esta uma maneira de sustentar a população, embora estejam faltando muitas coisas para sua viabilização, tanto no campo diplomático, como no campo técnico ou no campo social sobre as mais exequíveis formas de atuar em benefício da população.

No campo da biodiversidade, tem havido muito debate sobre a ética da sua exploração, como, por exemplo, sobre a questão de abordar grupos nativos para aprender o uso de plantas medicinais, etc.,etc. Tudo isso está em debate hoje em dia! Mas, sem dúvida, a floresta pode gerar um grande valor, tanto no campo medicinal, como em muitos outros, a partir da manutenção de estoques genéticos e de espécies, entre outras coisas.

Já na parte que concerne ao carbono, à qual venho dedicando minha maior atenção, passou a existir, nos últimos anos, um grande debate acerca do impacto do desmatamento sobre o efeito estufa. Pelos meus cálculos, tal impacto corresponde a mais ou menos o triplo do número oficial baseado nos dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Não tenho condição para apresentar e discutir aqui todos os dados que apóiam minhas estimativas. Mas gostaria de dizer que a política de considerar apenas as emissões da queimada inicial, como têm feito os números oficiais, subestima o impacto do desmatamento sobre o efeito estufa e, assim, está roubando dos próprios povos da floresta (índios, seringueiros, etc.) o que eles têm de maior valor para vender no futuro, isto é, o valor ambiental da floresta, inclusive o valor de evitar o efeito estufa. Trata-se de um valor que, de fato, é significativo. Senão vejamos! Admite-se, em muitas discussões sobre o efeito estufa, um valor de US\$ 10.00 por tonelada de carbono estocada permanentemente fora da atmosfera. Como sabemos, o carbono combina-se com o oxigênio para formar o CO² que provoca o efeito estufa. No fundo, esse valor é muito mais alto pois, de fato, ele recai sobre as pessoas pobres que não têm como pagá-lo em termos reais. Mas, com toda a margem de erro provável, consideremos US\$ 10.00 por todo valor do carbono estocado. Ora, o desmatamento na Amazônia, segundo os últimos dados disponíveis fornecidos pelo INPE, foi, em 1991, de 1,1 milhão de hectares, o que corresponde a uma liberação de carbono da ordem de 300 milhões de toneladas, ou seja, um valor que equivale a 3 bilhões de dólares em termos de dano ambiental ligado ao efeito estufa. Isto corresponde, se considerarmos os 8 milhões de habitantes que residem no interior da Amazônia, a quase dois mil dólares por família residente na região.

Acontece que cerca de 70% do desmatamento não são feitos pelo povo e sim pelos fazendeiros, principalmente pelos grandes agricultores. De fato, não é justo culpar os pequenos agricultores. Na verdade, teria que se creditar aos mesmos a taxa de diminuição havida no desmatamento, se os dados a respeito estiverem realmente corretos. Mas, de qualquer modo, há outro ponto a considerar e que diz respeito à parcela do desmatamento que realmente resulta da ação dos pequenos agricultores (assim classificados pelo IBGE como sendo aqueles cujos estabelecimentos agrícolas, na Amazônia, têm áreas de até 100 hectares). Ela, apesar de minoritária, ainda assim atinge valor elevado nesse tipo de estimativa: mais de US\$ 600.00 por família. Quanto ao valor da floresta em termos de estocagem de carbono, vale aproximadamente três mil

dólares por hectare, o que corresponde a um valor até mesmo bem maior do que o próprio preço da terra.

Com relação ao ciclo d'água, seu uso também ostenta um elevado valor que atualmente, não está sendo pago por ninguém. Se considerarmos que o valor da safra brasileira como um todo é da ordem de sessenta bilhões de dólares anualmente, e que a produção da mesma se concentra no Centro-Sul do Brasil, iremos calcular a importância que a floresta amazônica assume em relação à mesma. Como sabemos, devido à rotação da terra, as nuvens, isto é, o vapor d'água gerado na Amazônia é, em parte, transportado para as áreas de produção agrícola do país (Goiás, São Paulo, etc.) Isto deveria ser considerado na economia agrícola brasileira, pois uma parte do que chove nessas áreas de produção provém da floresta amazônica. Presume-se que tal parcela represente apenas 20%, o que corresponde a US\$ 32.00/ha/ano em termos de manutenção da floresta amazônica. Calculo que se o desmatamento fosse evitado, o valor correspondente seria da ordem de US\$ 250.00/família.

Então, tudo isso representa muito em termos monetários. Só que não existe estrutura para captar esse dinheiro, mesmo que os países ricos estivessem dispostos a pagar. No caso do ciclo d'água, é no Brasil mesmo que se perde o referido valor. Neste caso, não é no mundo inteiro. Contudo, é um caso para ser explorado. E eu me pergunto: qual é o papel das ciências sociais em captar valores como esses? Em primeiro lugar, parece-me ser essencial entender como funciona o processo de desmatamento a fim de poder entender onde incluir esses impactos. Também cabe à ciência social estudar como tais impactos podem afetar as outras características sociais, isto é, se trarão ou não outros impactos negativos sobre as camadas pobres residentes na Amazônia, quais serão os principais agentes econômicos afetados (grandes ou pequenos agricultores, por exemplo), etc. São coisas que têm de ser consideradas e entendidas a partir de pesquisas feitas por profissionais da área das ciências sociais.

Também é necessário tratar a respeito da base burocrática de qualquer negociação proposta, isto é, sobre como repassar os recursos no caso de serem aceitos os vários pré-requisitos acerca dos valores da floresta, etc. Tudo isso, sei, é muito difícil! A nossa própria experiência revela tal dificuldade. Temos o exemplo do Programa G-7, o Programa Piloto e para o qual havia um compromisso de apoio financeiro elevado, assumido em 1990 na Conferência de Houston. No final, o valor do compromisso foi bem maior do que o valor efetivamente repassado, o qual, assim mesmo, só agora começou a ser recebido. Há cinco anos que lutávamos por esse programa de três anos, cujo início, portanto, sofreu todo esse grande atraso. Nesse programa, nossas dificuldades sempre estiveram relacionadas com o PDA (Projetos Demonstrativos de Tipo A), que correspondem à parte mais voltada para os povos tradicionais e para as pequenas organizações. Representa, a meu ver, um bom exemplo de quão difícil é, mesmo tendo dinheiro à mão, preencher esses trâmites burocráticos.

Há também o problema de como distribuir os recursos, imaginando-se hipoteticamente que os países do mundo viessem a escrever cheques astronômicos para o Brasil. O que iria acontecer com esse dinheiro? Quanto dele acabaria no sustento da população da Amazônia, solucionando os problemas do desmatamento? Provavelmente muito pouco! Não temos propostas para o uso desse dinheiro. Obviamente, isto é outro aspecto que se encaixa perfeitamente no domínio das Ciências Sociais. Imaginemos que todas as propostas fossem dar certo, que viessem a ser descobertas novas fontes de desenvolvimento, seja na área dos serviços ambientais, seja no desenvolvimento de

Não encontrando este livro nas livrarias, favor dirigir-se à Editora Massangana, Rua Dois Irmãos, 15, Apipucos - Recife - Pernambuco - Brasil - cep 52071-440 Fones (081) 441.5900, ramais: 240, 241 e 242 - Telefax (081) 441.5458.

Via internet:

<http://www.fundaj.gov.br>

e-mail: ema@fundaj.gov.br

Foi feito o depósito legal

A pesquisa social na Amazônia; avanços, lacunas e prioridades/ Hélio A. de Moura, organizador. – Recife : FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

274 p.: (Estudos e Pesquisas; n. 87)

Inclui bibliografia

ISBN 85-7019-298-3

I. AMAZÔNIA - PESQUISA SOCIAL - SEMINÁRIOS. I Moura, Hélio A de. II. Série

CDU 303.01 (811.3):(061.3)

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Instituto de Estudos sobre a Amazônia (IESAM)

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS (UNAMAZ)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal

A PESQUISA SOCIAL NA AMAZÔNIA

AVANÇOS, LACUNAS E PRIORIDADES

HÉLIO A. DE MOURA
(organizador)

Recife
Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana - 1996